

**SABERES E PRODUÇÃO DA VIDA: CONTRADIÇÕES,
LIMITES E POSSIBILIDADES EXPRESSAS PELOS
TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE
COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATO GROSSO**



**KNOWLEDGE AND PRODUCTION OF LIFE:
CONTRADICTIONS, LIMITS AND
POSSIBILITIES EXPRESSED BY WORKERS
AND WORKERS IN TRADITIONAL
COMMUNITIES OF MATO GROSSO**

Vol.10 n° 19 jan./jun.2015

p. 255 - 266

Edson Caetano¹

Camila Emanuella Pereira Neves²

RESUMO; Este artigo discute a produção associada da vida em comunidades tradicionais e os saberes da experiência, enquanto resistência ao novo, no campo da luta pela manutenção da cultura tradicional. Os dados empíricos resultam de pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação, a partir do Projeto de Pesquisa A(s) pedagogia(s) da produção associada: educação, cultura do trabalho e economia popular nas comunidades da baixada cuiabana. A análise dos resultados se efetivou à luz do materialismo histórico, o que possibilitou apreender os saberes da produção associada enquanto interface da constituição de uma nova cultura do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Produção Associada. Saberes da Experiência. Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT: This Article discusses the associated production of life in traditional communities and the knowledge of experience, while resistance to new, in the field of struggle for maintenance of traditional culture. The empirical data resulting from research carried out in the framework of Research Work and Education, from the Research Project The (s) pedagogy(s) of production associated with: education, work culture and popular economy in communities of the baixada cuiabana. The analysis of the results was made in the light of historical materialism, which allowed apprehend the knowledges of associated production while interface of the constitution of a new culture of work.

KEYWORDS: Associated Production. Knowledge of Experience. Traditional Communities.

Introdução

O presente artigo reflete sobre os possíveis significados da

¹Graduado em Ciências Sociais pela PUCAMP, Doutor em Educação pela UNICAMP e professor do IE/UFMT, campus Cuiabá. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação. E-mail: caetanoedson@hotmail.com

²Graduada em Pedagogia pela UFMT, Mestre e Doutoranda em Educação pela UFMT. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação. E-mail: camilaemanuella@hotmail.com

produção associada e dos saberes da experiência, tendo como campo empírico as comunidades tradicionais. Nossa reflexão se debruça sobre os estudos/pesquisas desenvolvidos no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação, a partir de um campo específico que prioriza as reflexões sobre o trabalho enquanto categoria eminentemente humana, entendendo que o homem se humaniza através do trabalho e das relações sociais construídas a partir deste. Nesse sentido, o trabalho é tido como elemento central, não só no que se refere ao desenvolvimento histórico do homem, mas na tentativa de compreensão/explicação do real.

Pode-se dizer que através da transformação da natureza o trabalho se concretiza e que esta é uma atividade intrínseca do homem, ou seja, o homem é trabalho – o homem se humanizou através do trabalho. O trabalho é o elemento fundante do ser social.

Do mesmo modo, pode-se afirmar que o trabalho do homem deu origem à cultura humana já que, através da linguagem e da memória, transmitiram aos seus pares e às gerações posteriores a criação de instrumentos de trabalho, comportamentos, modos de vida, relações de produção, entre outros. Portanto, o trabalho humano foi social e culturalmente desenvolvido.

As análises efetivadas no interior do grupo partem da categoria trabalho, ancorada no arcabouço teórico formulado por Marx, porém concebendo o trabalho não apenas no seu sentido ontológico, mas, sobretudo como princípio educativo. Isso equivale dizer que saberes/conhecimentos são construídos no e pelo trabalho. No interior das relações sociais, ao trabalhar, os homens produzem conhecimento; o que lhes permite manter, conservar, criar e recriar múltiplas formas de existência.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

A partir da centralidade do trabalho e do seu princípio educativo, surge no interior do referido Grupo de Pesquisa uma dupla preocupação: de um lado, a tentativa de compreensão dos sentidos do trabalho como condição natural do homem e a sua possibilidade educativa; e de outro, a preocupação reflexiva sobre a configuração assumida pelo trabalho no modo de produção capitalista, visto que, segundo Marx, no referido modo de produção.

[...] o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza ele produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria, tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2004, p. 59).

Elegemos o materialismo histórico enquanto pressuposto no intuito de compreendermos as questões que envolvem a produção material e imaterial a partir do trabalho associado realizado por homens e mulheres. Acreditamos que não exista método alheio a uma dada concepção de realidade, pois,

[...] o método de análise, na perspectiva dialética materialista, não se constitui na ferramenta asséptica, uma espécie de 'metrologia' dos fenômenos sociais, que nas perspectivas que aqui denomino de metafísicas é tomada como garantia da 'cientificidade, da objetividade e da neutralidade'. Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. (FRIGOTTO, 1989, p. 76-77).

Nesse sentido, no processo dialético do conhecimento da realidade, o que se persegue é a crítica e o pensamento crítico do entendimento do mundo, ou seja, o conhecimento que se dá na e pela práxis, em uma perspectiva que vislumbre uma ação transformadora da realidade.

Comunidades tradicionais: conceituação e campo empírico

Um dos reflexos do processo de mundialização é a intencionalidade do pensamento neoliberal, característico na chamada pós-modernidade, no estabelecimento de padrões culturais, éticos, sociais e morais para os indivíduos integrados ao sistema vigente. As pessoas que, por uma razão ou outra, não compartilham do referido ideário são invariavelmente denominadas como tradicionais, ultrapassadas, atrasadas e ou primitivas. O dever para esses homens e mulheres não ajustados ao neoliberalismo é a conversão. O caminho a ser trilhado já está dado pelo Darwinismo social e pelo etnocentrismo ocidental.

Cotidianamente nos deparamos com observações questionando: para que tanta terra para os índios se eles não gostam de trabalhar? Não há razão para a existência dos quilombos, já que, a escravidão foi abolida. Os sem terra são um bando de baderneiros. O ribeirinho deve ir para as cidades e arrumar trabalho com carteira assinada. O correto é acabar com o camponês e substituí-lo pelo agronegócio. Frente a esse discurso, praticamente hegemônico, cumpre aos pesquisadores comprometidos com os movimentos populares o esforço para desvendar como são e vivem os povos das comunidades tradicionais e, no momento seguinte, contribuir para que se tornem visíveis e possuidores de vontades e direitos.

Para Brandão (2012, p. 111), comunidade é indubitavelmente espaço de vida “[...] e a essência de cada comunidade são os sujeitos e as relações que se estabelecem entre eles e com a natureza”. As relações sociais pressupõem a existência de vínculo com um determinado território que se constitui no espaço da vida na cotidianidade.

As principais características das comunidades tradicionais, segundo Diegues (2001, p. 59) são:

- dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- reduzida acumulação de capital;
- importância dada a unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

- importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- a tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;
- fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e
- auto-identificação ou identificação por outros grupos de pertencer a uma cultura distinta.

No campo acadêmico, ou seja, na dimensão teórico-conceitual, as comunidades tradicionais se constituem, em uma categoria de análise. De acordo com Diegues (2001, p. 62), “[...] exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas”.

Em Capão Verde pudemos ver de perto e com vagar como se dá o viver e o ser em comunidade tradicional. A noção de pertencimento a um determinado território é o que lhes dá identidade e sentido à vida. É possível perceber a imensidão de terra em que vivem, mas o interessante é que eles conservam suas casas próximas uma das outras, demonstrando opção por ficar próximos.

Nas conversas informais, os moradores deixaram claro que esse posicionamento ocorreu por espontaneidade e não por determinação dos genitores. Os filhos de Seu Vitor e de seus irmãos, quando formaram suas famílias, estabeleceram suas casas ao redor da casa dos pais e essa foi uma tradição cultural mantida até os dias atuais. Não só morar próximos dos pais, mas dos outros parentes fortaleceu a identidade com a terra. Além disso, facilitou a ajuda mútua entre eles para ali permanecer.

Os quilombolas trabalham de acordo com determinada cultura e, ao mesmo tempo, ao trabalharem, produzem cultura. Como elemento de mediação com o meio natural, o trabalho de produzir a vida associativamente tem como objetivo o desenvolvimento das próprias pessoas, entendidas como parte integrante e inseparável da natureza. Reverenciando, se enraizando na terra e mantendo fortes relações de parentesco, os negros, que antes se confrontavam com o regime escravagista, hoje se confrontam com o regime capitalista, buscando uma organização social em que homens e mulheres se apropriam, de forma igualitária, dos frutos do trabalho. A propriedade e posse da terra, a gestão e a repartição da riqueza é coletiva – características essas que tanto podem ser consideradas uma questão de ordem cultural como de ordem econômica.

O viver em Capão Verde permite, ainda hoje, que os moradores disponham de tempo para contemplar a natureza, muitas vezes expropriado do trabalhador formal. Lá é possível ver as plantas crescerem, ouvir o canto dos passarinhos, deixar a terra correr entre os dedos e provar lentamente o doce das frutas.

Não diferente de muitas comunidades matogrossenses, Capão Verde, ao ser fundada, trouxe com seus primeiros moradores algumas crenças e tradições populares que foram incorporadas pelas gerações posteriores. Um exemplo são as festas religiosas, nas quais eles manifestam a crença e o culto a determinados santos. As festas geralmente duram cerca de três dias, e o festeiro/devoto providencia comidas, bebidas, o altar enfeitado para o santo, fogos de artifício, o mastro enfeitado com as cores do santo, a iluminação, o barracão para o baile, o barracão para a comida e água. Além disso, ele organiza a reza, a procissão e o levantamento do mastro.

Vale ressaltar que, na comunidade pesquisada, os moradores têm a possibilidade de integrar prazer e trabalho, já que a prioridade é a reprodução ampliada da vida e não o sobretrabalho. Quando eles precisam deixar de trabalhar em razão de festas, reuniões, cursos, entre outros motivos, isso não causa perturbações na vida desses trabalhadores.

A produção associada enquanto categoria histórica

O trabalho é uma condição humana consciente e proposital quando o indivíduo se apropria da natureza, alterando seu estado natural, em seu próprio proveito, mas não modifica apenas o material sobre o qual opera, transforma-se o próprio ser humano. O desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção forja novas relações sociais e econômicas, que se materializam em diferentes modos de produção.

A partir da década de 1980, consolida-se mundialmente o modelo neoliberal de acumulação do capital, através do regime de acumulação flexível, que, segundo Harvey (2003), preconizava uma nova organização da produção – uso intensivo da tecnologia e da microeletrônica, aumento da produtividade, controle de qualidade, trabalho em células, just-in-time –; a busca de novos serviços, produtos e mercados; a criação de novas necessidades e a flexibilidade do consumo, da produção e do trabalho. Este modelo está assentado na desestruturação do mercado de trabalho – desemprego, precarização do trabalho e na exclusão crescente de contingentes de trabalhadores –, no enfraquecimento dos sindicatos, na diminuição dos rendimentos e na crise da sociedade salarial – com a diminuição do proletariado industrial e do número de postos de trabalho com carteira de trabalho (CASTEL, 1998).

Frente a uma conjuntura extremamente desfavorável, onde o trabalhador transita entre o desemprego e o subemprego, este se vê forçado a criar múltiplas estratégias de trabalho e de sobrevivência. A produção associada é uma das estratégias de que os trabalhadores e trabalhadoras pertencentes aos setores populares lançam mão, visando a garantia da reprodução ampliada da vida através de práticas econômico-sociais e culturais que se diferenciam da racionalidade da economia capitalista.

A produção associada, como produto das condições históricas, é uma estratégia criada para organizar o trabalho e a vida que pode levar à emancipação do capital, a um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos. Nas palavras de Singer (2002, p. 138), manifestamos que ela difunde “[...] os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista”. A produção associada diz respeito à unidade básica do modo de produção dos produtores livremente associados.

O trabalho associado é organizado de forma autogestionária, sem valorizar o lucro e a exploração da força de trabalho alheia, apoderando-se dos meios de produção e pautando-se na solidariedade, que extrapola o âmbito material. Os trabalhadores associados têm a possibilidade de integrar prazer e trabalho, já que a prioridade é garantir a reprodução ampliada da vida e não o sobretrabalho. Tiriba (2006, p. 118) destaca que:

[...] a 'produção associada' deve ser concebida em dois sentidos. O primeiro vincula-se à constatação (a olho nu) de que a reprodução da classe que vive do trabalho, em especial dos trabalhadores oriundos dos setores populares, requer uma verdadeira produção associada, pressupondo a criação de redes de solidariedade, de colaboração para que, cotidianamente, possam garantir sua sobrevivência. A reprodução ampliada de vida requer a coordenação do esforço coletivo do conjunto de pessoas que compõem a unidade de produção, seja ela unidade doméstica, cooperativa ou de qualquer outro empreendimento econômico. O segundo sentido de 'produção associada' caminha no horizonte econômico-filosófico marxista, no qual a mesma é entendida como unidade básica da sociedade dos produtores livremente associados na produção.

Em comunidades tradicionais observamos a presença de características próprias da produção associada. Preservando intensa relação com a natureza, esses trabalhadores

desenvolvem uma maneira singular de viver, baseada no viver em comum, na solidariedade, na igualdade, na manutenção dos costumes e tradições, na comunhão da terra, na reciprocidade e democracia, compartilhando uma visão de mundo e de sociedade que os aproxima dos princípios da produção associada. Com isso, esses trabalhadores e trabalhadoras, sem almejar o lucro, garantem a satisfação de suas necessidades materiais e imateriais, já que são construídos e socializados saberes e relações sociais intrínsecas a esse modo de produzir a existência.

Todas essas características da produção associada fazem com que o trabalho não seja subordinado ao capital, não seja alienado e nem alienante, não gere a mais-valia e possibilita que os envolvidos construam coletivamente uma nova concepção de mundo e de trabalho. Tiriba (2006, p. 80) manifesta que essa estratégia é a “[...] possibilidade de os trabalhadores resgatarem o sentido do trabalho, recuperar a energia que o capital lhes sugou, direcionando-a no sentido de uma organização da produção inspirada na hegemonia do trabalho sobre o capital”. Por serem todos donos dos meios de produção e a repartição dos frutos do trabalho ser igualitária, o princípio da igualdade reforça os laços de pertencimento, solidariedade e compartilhamento no interior do grupo. Não há exclusão social, exploração no trabalho e, tampouco, a competitividade.

A inexistência do patrão ou capataz, a autogestão do processo de trabalho, a inexistência de exploração do trabalho de outrem e a divisão igualitária dos frutos advindos da comercialização da produção marcam o conjunto dessas experiências de trabalho associado no conjunto das comunidades pesquisadas. Da mesma maneira, os trabalhadores e trabalhadoras, coletivamente, determinam o ritmo e o tempo de trabalho, realizam atividades laborais que lhes dão prazer e que têm afinidade, têm possibilidade de criar novas mercadorias, socializar saberes e, até mesmo, não comparecer ao trabalho, sem que isto cause danos à produção da sua existência.

Os moradores das comunidades estudadas criaram associações para produzirem mercadorias coletivamente, escolhendo aquelas que remetem à ancestralidade do lugar, significando que a escolha da mercadoria a ser produzida não é determinada pelo mercado, mas sim pela tradição da produção que caracteriza a comunidade. As principais mercadorias produzidas são: banana chips, farinha de banana, doce de banana, farinha de mandioca, rapadura e açúcar mascavo.

Práticas coletivas e ancestrais de trabalho são mantidas até o presente momento em todas as comunidades pesquisadas. Um dos exemplos de trabalho associado é o Muxirum que consiste em uma ação coletiva mediante a qual, durante a semana, os moradores realizam atividades laborais, como: plantar, carpir, colher, entre outras, na roça de uma pessoa; no outro dia, essa mesma ação ocorre na roça de outro, e assim por diante. O trabalho que uma pessoa realizaria em uma semana é realizado coletivamente em um dia. Essa prática aumenta a produção, diminui o dispêndio de força física e institui relações de solidariedade, cooperação, amizade, parceria, entre outras.

Os moradores expressam uma compreensão, em relação à terra, que redimensiona a relação entre natureza - produção - homem. A importância atribuída à terra pelos trabalhadores e trabalhadoras das comunidades pesquisadas não é fruto de um sentimento externo a esses sujeitos e, sim, um saber compartilhado pelos fundadores do quilombo. Eles socializaram o prazer/satisfação em trabalhar na terra e que faz parte das suas vidas. Esses saberes acabam por instituir uma tradição/costume transmitida entre as gerações. Segundo Thompson (1998, p. 18), essas “[...] tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”. O que nos permite pensar que eles cresceram ouvindo e vendo que a terra e o trabalho são os elementos que garantem a produção da vida. Esses trabalhadores e trabalhadoras aprenderam com os seus antepassados não só a cuidar da terra, mas como viver dela a partir

de uma lógica não mercantil.

Outra característica dessas comunidades é a posse coletiva da terra que remonta à ancestralidade das comunidades. Para produzirem é estabelecido coletivamente que o pedaço de terra para plantar deve ser proporcional à força de trabalho existente em cada família. Essa racionalidade econômica é construída a partir de saberes que consideram a relação intrínseca entre a modificação da natureza e a reprodução ampliada da vida. Pode-se perceber uma intencionalidade, não só visando a garantia da produção material, mas para assegurar a fixação dos trabalhadores e trabalhadoras naquela porção de terra e, ao mesmo tempo, consolidar um sentido de comunidade. Manifesta, assim, o pressuposto de Thompson (2001, p. 208), em que a economia e a cultura “[...] estão presos à mesma rede de relações”. É, enfim, a tentativa de fazer com que um grande número de pessoas compartilhe uma concepção de mundo que valoriza o viver e produzir a vida associadamente, pois trabalho e vida são indissociáveis.

Os saberes da experiência nas comunidades tradicionais da baixada cuiabana

Conceber a educação e os saberes numa perspectiva ampliada, ou seja, que não se restrinja ao espaço da escola, não implica desconsiderar a importância da reflexão acerca da educação formal e, muito menos, de se estabelecer critérios valorativos entre a educação formal e a educação não formal. Trata-se, isto sim, do reconhecimento da existência de espaços diversos, onde os saberes podem ser construídos, e dentre esses múltiplos espaços destacamos o da produção ou do trabalho que se constitui no *locus preferencial* das pesquisas que orientam o presente texto.

Mas o homem não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, ser existente para si mesmo (*fur sich selbst seiendes Wesen*), por isso, ser genérico, que, enquanto tal, tem de atuar e confirma-se tanto em seu ser quanto em seu saber. Consequentemente, nem os objetos humanos são os objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o sentido humano, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade humana, objetividade humana. A natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser humano de modo adequado. (MARX, 2004, p. 128, grifos do autor).

A esse respeito, Tiriba (2008, p. 48) afirma que a produção de saberes ocorre em diferentes espaços, como por exemplo no trabalho, onde são construídos “[...] códigos, padrões, normas, conhecimentos, saberes, crenças, valores e criações materiais (instrumentos, métodos, técnicas), [...] que regulam as ações e comportamentos humanos”. Vivenciando o princípio educativo do trabalho, os trabalhadores educam a si mesmos e aos outros em uma relação dialética, o que contribui para valorização dos trabalhadores e da formação humana; possibilitando uma outra visão de mundo, de homem e de prática social.

Os saberes da experiência são inerentes à produção associada da vida e apontam para uma velha/nova cultura do trabalho. Esses saberes são resultado da experiência (THOMPSON, 1987, 1998) com o trabalho associado, com os meios de produção (terra), com o mundo e com outros trabalhadores.

A centralidade do trabalho na vida social, além de ter como fundamento o caráter ontológico do trabalho, traz consigo as práticas sociais concretas e o conjunto de valores e representações que os trabalhadores interiorizam, em cada momento histórico, em sua atividade laboral e em outras redes de convivência social: escola, família, igreja, associações de vizinhos, partido, sindicato etc..., ademais da influência dos meios de comunicação.

(TIRIBA, 2007, p. 229).

A partir da análise da pesquisa empírica em Capão Verde reconhecemos alguns saberes da experiência com a produção associada, que podem ser o embrião de uma velha/nova cultura do trabalho:

- a) a experiência singular com a terra, que (re)cria saberes;
- b) o parentesco, que influencia na permanência na comunidade e na manutenção da posse coletiva da terra;
- c) a possibilidade de sobreviver da terra (meio de produção) e sem ter patrão;
- d) a aprendizagem do trabalho com os pais (transmissão cultural) que se consolida no processo de trabalho;
- e) as experiências com o trabalho sob a lógica capitalista;
- f) a experiência embrionária da autogestão do processo de trabalho e que se transforma com a práxis;
- g) as aprendizagens e descobertas coletivas na produção de novas mercadorias;
- h) o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo;
- i) a atuação de voluntários e o contato, mediado por eles, com algumas instituições Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (SEBRAE), Universidade do estado de Mato Grosso (UNEMAT), Fundação Palmares);
- j) a criação da unidade de produção associada: Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendentes da Comunidade Tradicional Capão Verde - Agriverde.

Um dos saberes que consideramos como fundamental à permanência dos moradores na comunidade está intimamente ligado ao sentimento construído em relação à terra e que redimensiona a relação entre natureza - produção - homem. A importância atribuída à terra pelos trabalhadores e trabalhadoras de Capão Verde não é fruto de um sentimento externo a esses trabalhadores e trabalhadoras e, sim, um saber compartilhado pelos fundadores do quilombo. Eles socializaram o prazer/satisfação em trabalhar na terra e que faz parte das suas vidas. Esses saberes acabam por instituir uma tradição/costume transmitida entre as gerações. Segundo Thompson (1998, p. 18), essas “[...] tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”. Isso remete à compreensão de que eles cresceram ouvindo e vendo que a terra e o trabalho são os elementos que garantem a produção da vida. Esses trabalhadores e trabalhadoras aprenderam com os seus antepassados não só a cuidar da terra, mas como viver dela a partir de uma lógica não mercantil.

Em Capão Verde, não vemos cercas nem divisórias. Cada um construiu sua casa e a sua roça onde achou conveniente, mas sempre ligada às dos demais. Essa proximidade faz com que os saberes sejam compartilhados indiscriminadamente e contribui para que o desejo de bem-estar comum entre os moradores da comunidade seja uma unanimidade. Com isso, eles direcionam o saber e o fazer em prol de uma mesma finalidade. Assim, é produzida, por quase um século, a vida social e material na comunidade.

Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades. Eles podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que deles coparticipam, servindo com uma fronteira para excluir forasteiros. (THOMPSON, 1998, p. 22).

No texto acima, de Thompson, destacamos outro saber construído/reproduzido:

a não permissão de pessoas estranhas em Capão (que não tenham laços consanguíneos). Somente seria permitido se a pessoa, proveniente de outro local, se casasse com outra de Capão Verde e ali permanecessem morando.

Alguns saberes em relação à terra são transpassados por gerações e um deles é a cura de doenças/enfermidades por meio da utilização de ervas, raízes e plantas. A transmissão dessa cultura que provém da relação ser humano-natureza, mediada pelo trabalho, ocorre oralmente, de geração a geração.

O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não tem um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. Embora a vida social esteja em permanente mudança [...] ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. E a educação formal, esse motor de aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse processo de transmissão de geração para geração. (THOMPSON, 1998, p. 18).

Os saberes construídos são relevantes para os que regressaram de experiências com o trabalho assalariado, bem como para os que nunca se evadiram da Comunidade. Os trabalhadores que retornaram pormenorizam as dificuldades vividas, fazendo com que os demais desistam de sair da Comunidade. Além disso, todos aprendem a valorizar o que estão produzindo e o modo como organizam a produção.

A vida fora da Comunidade, para os que dela se evadiram, e a inserção na cultura do trabalho capitalista fazem com que alguns saberes construídos sejam questionados, principalmente os que são reproduzidos pelos idosos. Os idosos são reticentes em relação às novidades, mas, em algumas situações, acabam sendo convencidos a dar um voto de confiança para as ideias/concepções defendidas pelas novas gerações. Não que seus saberes sejam desconsiderados ou desrespeitados. É o exercício da decisão democrática que prepondera em Capão Verde.

Coletivamente, esses trabalhadores e trabalhadoras aprenderam como e por quê trabalhar e estabeleceram novos modos de pensar a vida e de se relacionar com o outro. Isso ensinou a autogestão do processo de trabalho e da vida numa configuração diferente do que se espera em uma sociedade capitalista, individualista e excludente. Como ressalta Saviani (1994, p. 24), “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Produção da vida e resistência

Em Capão Verde, a produção associada da vida orbita em torno do saber construído em relação à terra. A terra permite que todos os parentes vivam e trabalhem juntos, em prol da reprodução ampliada da vida. Desde o início da constituição da Comunidade, os trabalhadores e trabalhadoras estabeleceram que a terra seria de uso comum (posse coletiva) e não poderia ser vendida. Com isso, as futuras gerações poderiam ter garantida a reprodução ampliada da vida. Acreditamos que um dos motivos para que essa noção tenha resistido ao longo do tempo seja a consanguinidade (parentesco). Por serem parentes, eles moram próximos uns dos outros e fazem com que os sentimentos de

solidariedade e de respeito prevaleçam sobre os interesses individuais. Por esse motivo, a intenção de ter a roça do tamanho e no local que desejassem não provoca conflitos entre eles. Além disso, o que reforça esta conclusão é a recusa em admitirem o ingresso de novos moradores na Comunidade, que não tenham vínculos de parentesco com os que lá residem. A justificativa para este posicionamento é que moradores não parentes podem incitar ideias diferentes das que eles compartilham, por quase um século, o que poderia ocasionar desavenças no interior da comunidade.

Os saberes da vida cotidiana e os proporcionados pela experiência com a produção associada da vida foram identificados no Muxirum, na Casa de Amparo, nas festas de santo, nas atividades compartilhadas pelos pais – lavar, cozinhar, limpar a casa, marcenaria, fazer doces em calda, remédios à base de ervas e raízes –, nas reuniões e rodas de conversa, nas experiências iniciais de produção de mercadorias, na busca de reconhecimento da Comunidade como quilombola, na preocupação com o meio ambiente, na criação e manutenção da Agroindústria.

Em que pesem as dificuldades relatadas por esses trabalhadores e trabalhadoras –tais como: falta de estrada para a roça, ausência de hospitais próximos, descrença e inexistência de autonomia de alguns trabalhadores, burocracia exigida para realizar festas e poder produzir na Agroindústria –, os saberes compartilhados na/pela pesquisa nos patenteiam que é possível manter comuns os meios de produção, trabalhar sem explorar a força de trabalho do outro e, sem ter patrão, realizar a gestão da produção em coletividade e sem determinar funções, ter direito à preguiça, trabalhar conforme o gosto e a habilidade pela atividade, criar regras coletivamente e, não obstante o contato com o SEBRAE, que prega o empreendedorismo, resistir e manter os princípios e a organização do processo de trabalho da maneira que acreditam, garantindo-lhes, dessa forma, dignidade e felicidade.

O universo das comunidades tradicionais é marcado historicamente pela criação e vivência de um modo de vida e o estabelecimento de relações sociais, econômicas e culturais que remetem a um cotidiano onde a luta, o sofrimento, a resistência, a ameaça, a violência e a persistência são elementos centrais da memória coletiva. Nessa direção, Brandão (2012, p. 85) afirma que

[...] elas não são tradicionais porque aos olhos de quem chega opõem-se ao que, segundo 'eles' é: moderno. São tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, porque são antigos, resistentes anteriores. Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem 'chega de fora'.

A possibilidade de dialogar com esses trabalhadores e trabalhadoras e identificar os seus saberes nos impeliu a repensar a formação humana e a práxis produtiva. Esperamos ter conseguido desvelar não só os saberes, mas as práticas, relações, novas concepções de mundo e fragilidades permeadas pela produção associada da vida e incitar reflexões aos leitores deste artigo. Ressignificar esses saberes implica afirmar que o educar não se esgota na sala de aula, mas pode se efetivar através do trabalho associado e autogestionário, princípio educativo que é.

Notas

³⁴O termo de origem francesa 'mundialização' (mondialisation) encontrou dificuldades para se impor, não apenas em organizações internacionais, mesmo que supostamente bilíngues, como a OCDE, mas também no discurso econômico e político francês. Isso deve-se, claro, ao fato de que o inglês é o veículo linguístico por excelência do capitalismo e que os altos executivos dos grupos franceses estão entupidos dos conceitos e do vocabulário em voga nas business schools. Mas também, com certeza, ao fato de que o termo 'mundialização' tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a

falta de nitidez conceitual dos termos 'global' e 'globalização'. A palavra 'mundial' permite introduzir, com muito mais força do que o termo 'global', a ideia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. Ora, isso é o que as forças que atualmente regem os destinos do mundo não querem de jeito nenhum". (CHESNAIS, 1996, p. 24, grifos do autor).

⁴ "Em meados do século XIX surgiram teorias que sustentavam que a organização social é, ou se assemelha, a um organismo vivo, que as sociedades sofrem mudanças evolutivas e que essas sequências de evolução são, ou podem ser, progressivas". (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 174).

⁵ "Visão de mundo na qual o centro de tudo é o próprio grupo a que o indivíduo pertence; tomando-o por base, são escalonados e avaliados todos os outros grupos". (FGV, Dicionário de Ciências Sociais, 1987, p. 437).

⁶ Comunidade tradicional quilombola localizada na zona rural do município de Poconé no Estado de Mato Gr

REFERÊNCIAS:

- BRANDÃO, Carlos R.; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE** [on line], v. 8, n. 9, p. 73-91, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/issue/view/17>>. Acesso em: 08/01/2014.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. São Paulo: Vozes, 1998.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1987. (2 volumes).
- DIEGUES, Antonio C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2003.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1982. (Livro I, v. 1).
- _____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- SAVIANI, Dermeval. O trabalho com o princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso J. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- THOMPSON, Edward P. **A Formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Volume I).
- _____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- _____. **Os românticos**. A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, maio/ago. p. 116-122, 2006. Disponível em:

<<http://www.unisinos.br>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

_____. Economia popular e cultura do trabalho. Pedagogia(s) da produção associada. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a06v2771.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2008_01/Lia.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2014.

Recebido em: 27/01/2015

Aprovado para publicação em: 09/06/2015